



**ORDEM DOS ARQUITECTOS CABO-VERDIANOS**

www.ordemosarquitectos-cv.org

Telefone: 262 22 77

Fax: 262 38 88

Achada de Santo António - Praia, Cabo Verde

## O FUTURO É NOSSO!

Estimados colegas arquitectos:

Como já é público, está marcada para o próximo dia 14 de Dezembro a eleição da nova Direcção da Ordem dos Arquitectos Caboverdeanos (OAC). Consequência directa da renúncia (que anunciei no início do mês de Outubro) ao meu segundo mandato, que começou em Março de 2007.

Ainda não informei a opinião pública caboverdeana, nem à maior parte dos membros da OAC, das razões exactas dessa minha decisão. No entanto, seja porque tenho a obrigação de deixar coordenadas claras à arquitecta (ou arquitecto) que me deverá suceder, seja porque nos cinco anos em que dirigi a OAC muitas vitórias foram conseguidas, tendo eu noção clara do seu alcance e valor (logo, sendo obrigado a protegê-las no futuro) e seja porque a OAC que construí com muito sacrifício e sofrimento é um presente que deixo à sociedade civil caboverdeana (enquanto eu for vivo será extremamente difícil a qualquer partido político conseguir assaltá-la), este documento se impõe, exactamente nesta hora em que ainda ninguém se manifestou para dar corpo à minha sucessão e em que a data da eleição se aproxima a passos largos.

Quando eu filiei a OAC na União Internacional dos Arquitectos (UIA) em 2006, fi-lo em reconhecimento do facto elementar (atendendo aos sinais que já se evidenciavam no horizonte) de que para poder ser capaz de defender os legítimos interesses dos arquitectos caboverdeanos eu necessitaria de apoio internacional. E isto porque neste frenesim de uma globalização que muitos dos nossos dirigentes vêm pintando como sendo uma fatalidade, eu percebi, há muito tempo, que existe uma **globalização inevitável e necessária**, mas que pode (e deve!) ser **inteligente e justa**. E na UIA tive, desde a primeira hora, toda a ajuda para conseguir essa globalização compatível com o bom futuro dos arquitectos nacionais e da arquitectura caboverdeana.

A decisão de renunciar ao mandato, que tomei em finais de Maio, se deveu ao comportamento completamente inaceitável dos seguintes senhores, enquanto gestores da coisa pública, no processo de adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC), por ordem crescente de responsabilização: **Ramiro Azevedo** (que fez “corpo mole” durante quase dois anos, se recusando a trabalhar a sério para a aprovação das duas ferramentas jurídicas que lhe enviámos, essenciais para a OAC poder cumprir a função do Estado que lhe foi delegada, a saber, o controlo do exercício da arquitectura como profissão em Cabo Verde); **Victor Borges** (que recebeu, da parte da OAC, em **Julho de 2006**, os termos exactos de como os serviços de arquitectura deviam ser negociados com a OMC, a saber, que queremos implementar em Cabo Verde um sistema semelhante àquele que vigora nas Ilhas Maurícias e que, entre outras coisas, consagra as *joint-ventures* obrigatórias entre os arquitectos locais e os estrangeiros); **Jorge Borges** (que, sozinho, qual Super-Homem, negociou de forma completamente irresponsável e incompetente todo o processo de adesão à OMC e que ainda teve o triste azar de nos enviar uma carta a dizer essencialmente o seguinte: “*Vocês não mandam nada! Quem manda neste país somos nós, Governo e Parlamento. Vocês têm o direito de protestar, pois estamos numa democracia, mas isso é o máximo que podem fazer. As negociações com a OMC já estão*”).

*encerradas há muito tempo e, quanto a nós, o único risco que corremos é o de perdermos as próximas eleições legislativas”)* e **José Brito** (que chefiou o processo e que assinou, em **Dezembro de 2007**, um documento final extremamente danoso dos legítimos interesses dos arquitectos caboverdeanos e de Cabo Verde, -palavras da própria UIA-, enquanto que hipocritamente ia se dizendo de acordo com todas as coisas que estávamos a pedir e que estava a trabalhar para que nenhum caboverdeano fosse deixado de fora no processo de desenvolvimento do país).

Estes são, pois, os senhores que destruíram o futuro dos arquitectos caboverdeanos e cujo comportamento arrogante e cínico me levou a explicar ao Sr. Presidente da República, em Junho último e num longo *dossier*, as razões da minha renúncia, dizendo-lhe expressamente que com dirigentes como estes os arquitectos caboverdeanos não precisam de inimigos.

Quando nos negaram o nosso direito, não aprovando as *joint-ventures* obrigatórias, eu fui obrigado a recorrer à UIA, sobretudo depois que tive conhecimento dos danosos compromissos já assinados com a OMC. E pedi à UIA que nos ajudasse, apresentando ao Governo caboverdeano, se possível sem propor a renegociação do Acordo de Adesão à OMC, uma saída airosa para o problema que nos foi criado tão traiçoeiramente. A UIA respondeu positivamente, enviando ao Primeiro-ministro de Cabo Verde a solução, que passará pela elaboração de um decreto governamental que, com base na Moção da Diversidade Cultural da UNESCO, declare que Arquitectura é Cultura (logo veículo da identidade cultural do povo caboverdeano), uma vez que tal Moção foi subscrita por todos os países membros da OMC. E com base nesse decreto governamental, a OAC terá todas as condições legais para implementar as *joint-ventures* obrigatórias e garantir assim uma transferência efectiva e mensurável de *know-how* (até para não termos que aturar outros labregos principescamente pagos pelo erário público e enviados à Televisão pública para, impunemente, nos insultarem a nós e à Nação caboverdeana).

Convém dizer ainda que juntamente com a apresentação dessa saída airosa, a UIA se disponibilizou para auxiliar os nossos governantes em todo o processo, com o objectivo de garantir, sempre sem mexer no Tratado de Adesão, a defesa dos nossos legítimos interesses. Resultado: Por um lado, ninguém sequer agradeceu em nome do Governo tal oferta de auxílio e, por outro, o Ministro da Cultura ainda está, desde o dia 9 de Julho, sentado em cima do requerimento que a OAC lhe fez no sentido de providenciar a elaboração desse decreto governamental!

***De maneira que foi a humilhação que eu senti ao ver o descaso com que os próprios cidadãos que deviam ser os primeiros a defender os nossos interesses trataram tanto a disponibilidade para ajudar como as soluções simples e justas apresentadas por estrangeiros a interceder por nós, que me fez perceber que já não tinha nada a fazer na OAC.***

E, face a essa atitude do Governo, decidi, antes de tornar pública a minha renúncia, buscar o apoio de todos os arquitectos sérios e de boa-vontade para rever o Estatuto da OAC, e nele incluir tudo o que temos direito na nossa própria terra (incluindo, claro, as *joint-ventures* obrigatórias), com o apoio total da UIA. Tal versão revista está nas mãos do Governo desde Julho mas ainda não se vislumbra o dia em que será aprovada.

Para os que não sabem e para os desonestos intelectuais que insistem em que a OAC se deve preocupar apenas com quem está inscrito ou com quem paga quotas, deixo aqui um lampejo das suas atribuições legais plasmadas no seu Estatuto, Artigo 2.º, alínea a): “*Colaborar com os órgãos da Administração sempre que estejam em causa matérias que se relacionem com a prossecução dos seus fins, pronunciando-se designadamente sobre a defesa do património, o ordenamento do território, o planeamento físico, a edificação, o exercício da profissão e a homologação e equiparação dos respectivos cursos*”.

Quando a assumi em 2003, eu determinei que a OAC colocaria Cabo Verde em primeiro lugar; em segundo lugar viria a qualidade da prática e do ensino da arquitectura e, em terceiro lugar, os

interesses corporativistas dos arquitectos. Por esta ordem. E nestes cinco anos, o meu “crime” terá sido ter acreditado piamente que (ainda) estamos a construir um país a sério e ter levado muito a sério todas as atribuições da OAC.

Tomemos, por exemplo, a questão da atribuição, pela OAC, do título profissional aos licenciados em Arquitectura pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (Uni-Piaget). Sobre esta matéria, a OAC e eu próprio temos sido vítimas de uma violenta campanha levada a cabo pela imprensa escrita e *on-line* afecta ao MpD, pelo punho de um dirigente nacional desse partido e que todos têm, certamente, acompanhado. Durante dois anos suportei, em silêncio, todos esses miseráveis ataques pessoais (dos quais a Uni-Piaget nunca se demarcou publicamente, com a agravante de tais ataques serem da autoria de um seu assalariado, ainda por cima professor e coordenador desse mesmo curso), porque sempre entendi ser minha obrigação preservar, o mais possível, tanto a licenciatura como os investimentos feitos por tantos estudantes e respectivas famílias, ao mesmo tempo que, discretamente, pugnaria por um efectivo compromisso com a qualidade por parte da Uni-Piaget. Vamos aos factos:

1. O curso arrancou em 2002 e o Ministério da Educação, que o deixou andar sem o fiscalizar minimamente durante quatro anos, cometeu, em 2006, o erro de o homologar sem ouvir a OAC. Posteriormente, a Uni-Piaget nos tentou colocar perante um facto consumado, insinuando que dada a homologação já conseguida, a OAC não teria outro remédio senão “comer e calar”. Mas nós fomos muito claros: “Nem pensar!”
2. O Ministério da Educação não é capaz de explicar o que aconteceria a um licenciado em Arquitectura pela Uni-Piaget que um dia resolvesse emigrar para França, por exemplo. Como é que um Ministério da Educação consegue homologar um curso superior sem exigir um mínimo de garantias em relação à validade internacional do respectivo título?
3. Desde Março a esta parte, a OAC tem conversado com a Uni-Piaget e já lhe deixou claro que a inscrição dos seus licenciados no Quadro da OAC depende da sua aceitação do Programa Internacional de Acreditação de Escolas de Arquitectura da UIA-UNESCO, em curso, e que caminha para a acreditação das cerca de 1400 escolas de arquitectura em todo o mundo, nos próximos 2-3 anos. Muitas vantagens de peso adviriam ao país e à Uni-Piaget:
  - a) A validade e portabilidade internacionais do título ficariam asseguradas e mesmo os que já concluíram a licenciatura beneficiariam desse facto, de imediato. Sempre dissemos que tanto o país, como a OAC, como a Uni-Piaget estão ainda em construção, pelo que devemos trabalhar com seriedade para termos a certeza de que, passado este período de construção (que, claro, não pode durar *ad eternum*), nos venhamos a sentir, todos, orgulhosos dos objectivos alcançados e da qualidade do ensino e da prática da arquitectura.
  - b) Cabo Verde passaria a ter o valor acrescentado de um curso de arquitectura ministrado e fiscalizado segundo padrões de qualidade internacionalmente estabelecidos. Ninguém teria necessidade de sair para estudar lá fora.
  - c) Poderia finalmente ser possível garantir que as equivalências em Arquitectura sejam atribuídas por uma Universidade, como acontece em todos os países a sério.
  - d) Tendo a UIA recomendado à OAC para estabelecer um prazo de dois ou três anos findo o qual apenas os licenciados por escolas acreditadas pelo referido programa teriam acesso ao seu Quadro de Membros, uma Universidade local (talvez a Uni-Piaget, já que “*candeia que vai à frente alumia duas vezes*”) internacionalmente acreditada será uma parceira fundamental da OAC e de Cabo Verde no processo de assegurar que tanto os arquitectos nacionais que estudarem fora como os estrangeiros que venham a viver para cá no futuro, tenham uma

equiparação compatível com o rigor que lá fora nos passará a ser igualmente exigido (no fundo, a tal globalização **necessária, inevitável, justa e inteligente**).

Apesar de a OAC ter dado à Uni-Piaget um quadro claro daquilo que vai continuar a fazer nesta matéria, o que se verifica é um adiar constante, por parte dessa instituição de ensino, da assumpção das suas responsabilidades para com o país e para com os seus clientes (contando, quiçá, com a minha partida, para conseguir o que deseja por portas travessas?). Neste momento, a OAC não tem as necessárias garantias para acreditar na boa qualidade do curso de arquitectura ministrado pela Uni-Piaget e entende que tais garantias só poderão ser dadas pela acreditação internacional, para a qual a própria UIA, a nosso pedido, já se comprometeu em dar um apoio especial e personalizado à Uni-Piaget.

Assim, até que pelo menos o arranque formal do processo de acreditação do curso de Arquitectura ministrado pela Uni-Piaget lhe seja confirmado pela UIA, a OAC não aceitará qualquer licenciado por essa Universidade, por mais tentativas de diabolização (seja da Ordem, seja da minha pessoa), cobardes ameaças à minha integridade física e acções de propaganda para vender um curso “fantástico”, que continuem a ser feitas pela imprensa afecta ao MpD.

### **Caros concidadãos:**

**Em todas as lutas em que fiz a OAC entrar nestes cinco anos** (seja por uma nova Lei das Bases do ordenamento do território séria e devidamente regulamentada; seja pela aprovação de um Plano Estratégico do Turismo sério, responsável e visionário; seja pela emergência de um planeamento integral do território, rigorosamente implementado para um efectivo ordenamento do mesmo; seja pelo fim do crime de lesa-Pátria e da rapina que continua a ser a venda de terrenos nas ZDTI, pois recursos naturais nunca se vendem, no máximo podem é ser dados em concessão; seja pela boa governação e transparência na gestão urbanística, etc., etc.), **aparentemente terei sido derrotado, pois todos estes males que combati continuam de pé. No entanto, todas as pessoas sérias e atentas sabem que saio moralmente vitorioso. Em toda a linha!**

Por isso deixo uma OAC forte, prestigiada e em ordem. Mas isso só foi possível porque tive uma classe maioritariamente do meu lado, que confirmou a minha liderança e aceitou a minha autoridade porque soube valorizar a minha dedicação e capacidade de trabalho. A esses colegas que, com perseverança, me apoiaram e suportaram a implementação de todas as leis “chatas” que propus, só tenho a dizer que não desanimem, pois O FUTURO É NOSSO!

Será preciso ter paciência, no entanto, porque o exercício da profissão ainda não está em ordem e continuará assim enquanto o novo Estatuto nos continuar a ser negado e permanecermos sem as ferramentas indispensáveis para metermos na linha os arquitectos que são pouco sérios. Hoje, o principal responsável pela bagunça que caracteriza o exercício da nossa profissão é o próprio Governo da Republica.

***O futuro é nosso porque mesmo que não tenhamos, hoje, dirigentes com sensibilidade para defenderem os nossos legítimos interesses ou para nos deixarem acabar com esta bagunça, o nosso direito, esse, ninguém nos conseguirá tirar, pois sabemos o que queremos, para onde o compromisso com Cabo Verde nos deve levar e do que somos capazes.***

Porque o que definitivamente nunca permitiremos é que alguns políticos (mais interessados em defender os interesses de estrangeiros do que os nossos) destruam o nosso futuro na nossa própria terra, apenas e só porque o Poder lhes passou temporariamente pelas mãos.

De maneira que a luta continua e a vitória é certa!

Praia, 26 de Novembro de 2008.

Cipriano Fernandes,  
Presidente da OAC